



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Pôrto Alegre, 30 de outubro de 1961.

*Na solenidade de encerramento do
II Congresso das Assembléias Legis-
lativas do Brasil.*

Senhores Deputados da Federação Brasileira:

É para mim um alto privilégio dirigir a palavra a Vossas Excelências, nesta brava cidade de Pôrto Alegre, trincheira avançada na dura batalha que o nosso povo vem sustentando para atingir a plena soberania econômica da Nação. Esta é a capital da legalidade democrática, galardão herôicamente conquistado neste outro combate em que as melhores fôrças do progresso do País estão empenhadas — o da consolidação das nossas instituições políticas e das conquistas sociais. Aqui drapeja hoje, firmemente plantada, a bandeira de um dos mais corajosos e mais belos movimentos que a nossa História já registrou.

Sim, foi daqui, de Pôrto Alegre, que nos acolhe com tão espontânea hospitalidade gaúcha, que partiu a palavra de ordem para um movimento que tornou possível êste empolgante encontro cívico, a cujo encerramento tenho a honra de comparecer, e que tão bem exprime a vocação democrática do nosso povo e o seu indestrutível sentimento de unidade nacional.

Na liderança dêsse movimento, de tão clara autenticidade popular, os gaúchos viram com justificado orgulho, ao lado do glorioso III Exército, a presença vibrante e inconfundível do Governador Leonel Brizola, líder que desde a primeira hora, desde o primeiro instante, compreendeu onde estava o seu dever de homem de Estado e não hesitou em cumpri-lo, pouco importando o preço que tivesse de pagar:

Senhores congressistas:

Permitam-me aproveitar êste momento e esta tribuna para dizer ao valoroso povo de Pôrto Alegre e do Rio Grande do Sul, que soube compreender, passados os primeiros momentos de quase incontrolável exaltação cívica, o meu gesto de desapêgo a um direito líquido e certo que me conferiu a Constituição, que nem o seu sacrifício nem a minha transigência foram em vão. Eis-nos a menos de três meses da mais grave crise político-militar que o País viveu, e, ao invés de ódios, de dissensões, de conflitos insanáveis, assistimos neste Congresso a uma autêntica assembléia da vida brasileira, em que a esperança e a fé num futuro mais alegre, mais tranqüilo e mais promissor para a Nação estão impressas nesta tomada de consciência que Vossas Excelências acabam de efetivar, ante os graves problemas que no Norte, no Nordeste, no Centro e no Sul formam a atual conjuntura brasileira. Bendita, pois, a hora em que dos quatro cantos do Rio Grande do Sul partiu a grande palavra de resistência democrática que, espraiando-se por todos os rincões da Pátria, anulou a conspiração dos eternos negatívos e derrotistas, teimosos em atrelar o Brasil aos grilhões do colonialismo e da espoliação social.

Um povo, meus senhores, capaz de vencer, ainda mais forte e unido, uma crise tão profunda como a que acabamos de transpor, é um povo que confia em si mesmo, que olha para a frente sem temor, que se prepara para as lutas que o esperam, com a segura convicção de que a sua causa é invencível, porque é a da Justiça. É, pois, com redobradas esperanças, senhores congressistas, que saúdo Vossas Excelências neste encontro histórico, onde se congrega democraticamente a própria Nação brasileira, pelas suas representações estaduais mais autênticas.

Ao recordar, na terra de Getúlio Vargas, o sacrifício do grande líder, desejo ressaltar que o povo do Rio Grande soube ser fiel ao sangue por êle derramado, abrindo, assim, novas e largas sendas, para que a Nação brasileira alcance mais rapidamente as últimas e decisivas etapas da completa emancipação econômica e do progresso social.

Libertos da guerra civil, que — na situação nacional em que vivíamos e na atual conjuntura internacional — nos poderia arras-

tar às mais graves conseqüências e até mesmo propiciar atentados à nossa soberania, conseguimos que o País, tendo chegado a viver o clima irrespirável dos prenúncios da ditadura, emergisse à tranqüillidade da ordem legal. Na verdade, mais importante do que a aferição dos novos poderes presidenciais, ou a análise do novo sistema, é a certeza de que estamos hoje sob o império da lei, da ordem e do respeito integral às liberdades públicas, caminho único para uma ordem social mais justa e mais consentânea com a realidade contemporânea.

Militante de um partido democrático, enraizado nas aspirações de justiça social das camadas mais desprotegidas de nossas populações, reservei-me o destino a tarefa onerosa de assumir a chefia da Nação, depois de uma reformulação constitucional em que ela passou a representar uma parte, apenas, da chefia do Governo do País. Acedi, entretanto, a estas condições novas, tão diversas daquelas com que tinha o legítimo direito originário de contar, sem qualquer prevenção, pois as circunstâncias invocadas como seu fundamento exigiam de mim esta transigência, pelo bem do Brasil e pelo dever indeclinável de preservar a paz interna. Este objetivo, apesar da insistência antipatriótica de inexpressivos focos de golpismo, foi plenamente alcançado.

Não tenhamos, porém, senhores congressistas, maiores ilusões: a paz interna continuará exposta a intermitentes ameaças de aventurismos, se não concentrarmos todos os nossos esforços para que melhores se tornem as condições de vida do povo brasileiro, para que sejam cada vez mais reduzidos os tremendos desníveis que separam sempre, e cada vez mais perigosamente, a imensa maioria do nosso povo de uns poucos grupos privilegiados. Os exemplos que se nos oferecem a respeito do que afirmo estão hoje à porta da nossa própria casa, eclodindo cada vez mais explosivamente nesta nossa sofrida e espoliada América Latina. Provam eles que não há reforma política ou revisão institucional consolidadora da paz interna sem que tal transição seja acompanhada de uma democracia econômica, sem que a redistribuição das riquezas nacionais se efetue de forma crescentemente equitativa, sem que se elimine de vez o conceito anticristão de que é aos mais pobres que deve

caber a maior carga de sacrifícios na libertação dos nossos povos da angústia do subdesenvolvimento.

Nada de novo encerra a advertência contida nas minhas palavras, principalmente para uma assembléia como esta, de profundo discernimento político, Nada, senhores congressistas, que já não conste de análises das mais variadas procedências e mesmo da consciência popular. Ainda agora, documento fundamental da nossa época, a Encíclica "Mater et Magistra" alerta o mundo para a urgência de novo equacionamento dos males sociais que afligem extensas áreas do Universo, especialmente a América do Sul, ameaçando, pela violência dos seus efeitos, as aspirações de uma vida melhor e as liberdades essenciais ao Homem.

Sinto-me à vontade, senhores congressistas, para alertar a Nação sobre a necessidade inadiável de mobilizar tôdas as suas forças, no sentido de acelerar essas reformas. Amplia-se cada vez mais, no seio das próprias classes dirigentes, a área dos que aceitam essa realidade, reconhecendo que, se coube ao povo, até agora, a maior parcela de sacrifícios para que o Brasil rompa as barreiras do subdesenvolvimento, essa contribuição já atingiu os limites do suportável.

Se, no plano interno, devemos fazer ouvir a nossa voz contra as injustiças sociais, no plano externo, nas relações entre os povos — com o mesmo vigor e coerência — devemos protestar contra tôdas as formas de coação internacional, inclusive e principalmente contra a corrida de destruição atômica com que se ameaça a Humanidade. Os mais belos frutos da inteligência humana, ao invés de serem usados no combate à miséria e em benefício da criatura humana, são lançados na competição desenfreada da força militar para aterrorizar os povos. O Brasil, fiel às suas tradições pacifistas, protesta contra o emprêgo das armas de destruição em massa, brandidas como argumento de pressão nas relações entre as nações.

Senhores congressistas:

Enquanto os legisladores se empenham no debate das normas consentâneas com as necessidades políticas, sociais e econômicas, é preciso atentar nos problemas do dia-a-dia das populações. Verificando-se que as manifestações de impaciência das classes desfavorecidas decorrem do caráter agudo das contingências a que

se acham submetidas, impõe-se providências de caráter imediato. A Nação precisa de ordem e de trabalho, único ambiente normal de evolução. Mas tôdas as fôrças devem contribuir para que êsse clima seja mantido, não podendo os favorecidos esperar que em nome da ordem lhes seja assegurado o privilégio de excederem no supérfluo, enquanto às grandes coletividades faltar o essencial.

Se advirto o povo contra os que desejam manejar o seu descontentamento para golpear as liberdades públicas, fazendo da política do pior o caldo da ditadura, também é preciso situar o poder econômico perante as suas responsabilidades, e dizer que o Govêrno não permitirá que a teimosia de alguns cegos ou egoístas justifique gestos de desespero. A vida econômica da Nação não pode permanecer suspensa a uma política de regateio entre patrões e empregados, cujos representantes devem compreender que, além dos interêsses das corporações em dissídio, o conflito vai atingir ou prejudicar outros setores, e, via de regra, o País inteiro. Êste entendimento até bem pouco só era imposto a uma das partes, através de medidas de pressão policial ou financeira. Hoje, essa compreensão é pedida pelo Govêrno a patrões e empregados, em benefício próprio, em benefício do sistema social em que vivemos, em favor do desenvolvimento nacional.

As medidas de caráter econômico não são de efeito automático e o povo compreende muito bem que o Govêrno, emergindo de uma crise como a que viveu a Nação, iniciando um nôvo sistema, não poderia realizar, em menos de três meses, o milagre de deter o ritmo ascensional dos preços, nem estancar os veios da especulação. O povo sabe que os milagreiros são exploradores das suas aflições e que Deus só ajuda realmente aos que perseveram com paciência e obstinação. Mas esta não é a razão para que nos limitemos a assistir, por exemplo, a famílias inteiras, em centros urbanos, irem de madrugada para as filas de gêneros indispensáveis, esperar longas horas para obter o alimento de que seus filhos necessitam.

Ainda em março de 58, em entrevista coletiva à imprensa, no honroso exercício da Presidência do Senado, conclamei o País e pedi a atenção do Govêrno para a necessidade de apressar reformas básicas, porque já então as considerava — e hoje só tenho

razões acrescidas para tal convicção — indispensáveis à própria salvação do regime. Fui claro e enfático, ao admitir modificações substanciais em nossa estrutura econômica e social, incluindo em caráter prioritário a reforma agrária, uma melhor distribuição de rendas e regulamentação mais rígida da remessa de lucros para o exterior. Agora, mais do que então, estou convencido de que nada conspira mais em desfavor da estabilidade democrática do que as condições de retardamento econômico e social.

A consciência da legalidade que se consolidou no País durante a última crise não teve a finalidade atingida somente com a minha posse. Sua luta, naqueles dias incertos, foi o prólogo de uma campanha para a qual convoco todo o povo, alertado pela experiência que vivemos e cuja repetição a Nação não mais permitirá. A todos aqueles que me pediram, em ratificação comovedora, que viesse constituir o escudo de ordem contra o imprevisível, tenho hoje dupla autoridade para advertir contra as incompreensões que determinaram aquela própria crise, cujos efeitos mais desastrosos o cumprimento do meu mandato evitou.

Chegou a hora, senhores congressistas, de provarmos com fatos que somos realmente capazes de construir a justiça social e a emancipação econômica do País dentro dos quadros democráticos de nossa tradição política.

Creio, senhores legisladores, neste país, na decisão do seu povo e na sua capacidade de construir. Se hoje, à frente dos seus destinos, manifesto perante Vossas Excelências um ato de confiança e de fé, é que nos olhos de cada homem, de cada mulher, nos campos e nas cidades, vejo a luz e o apêlo de esperança para que consigamos o objetivo comum, de grandeza e de progresso, mas, acima de tudo, de paz, união e amizade entre todos, sem exceção, que vivem sob os céus do Brasil.

Estou certo de que o encontro dos legisladores foi altamente favorável ao povo de todo o Brasil e, felicitando cada um e com todos me congratulando, peço a cada deputado que leve a seus Estados, ao povo brasileiro, a expressão do meu propósito de servir o País até o fim da missão que me foi confiada, com a plena consciência dos deveres que me impõe o mandato, em favor da soberania da Nação brasileira, da sua felicidade e da sua paz.